

Convém saber distinguir

Ortotanásia: Suspensão ou minimização de tratamentos que prolongam a vida de um doente em estado terminal, sem que se traduzam numa melhoria do estado de saúde. Ou seja, trata-se de não fazer procedimentos invasivos para prolongar artificialmente a vida. A Igreja é favorável a esta opção.

Distanásia: É o oposto da ortotanásia. É um sinónimo de obstinação terapêutica, determinando o prolongamento da vida de um doente em fase terminal, com recurso a tratamentos desproporcionados. É considerada uma má prática médica. É, aliás, vedada pelo Código Deontológico dos médicos e a Igreja não é favorável a esta opção.

Testamento vital: Documento onde se pode inscrever os cuidados de saúde que cada cidadão pretende, no caso de se ver impossibilitado de decidir. Através do testamento vital pode-se pedir, por exemplo, para não ser sujeito a "meios invasivos de suporte artificial de funções vitais". Tem uma validade de cinco anos.

Da nota pastoral de D. António Moiteiro, bispo de Aveiro

Cumprindo o meu dever de pastor desta porção do povo de Deus, considero indispensável apresentar alguns princípios que julgo serem indispensáveis para um avanço civilizacional da sociedade da qual fazemos parte:

1º O direito à vida é um direito inviolável (cf. artigo 3 da Declaração Universal Direitos Humanos), sendo a base de todos os outros direitos do ser humano.

2º Para os cristãos, o direito à vida, desde a sua concepção até à morte natural, é sagrado porque tem o seu fundamento no Deus criador. O quinto mandamento dado por Deus a Moisés é taxativo: «não matarás» (Ex 20,13).

3º A defesa do direito à vida exige que tenhamos claro que defendemos o “direito a morrer com serenidade, com dignidade humana e cristã”, empenhando todos os meios ordinários ao alcance da medicina.

4º A nossa sociedade, mais do que preocupar-se com legislação deste teor, devia antes preocupar-se com o alargamento da rede de cuidados continuados e paliativos a nível nacional, como meios que têm a «finalidade de tornar mais suportáveis o sofrimento na fase final da doença e assegurar ao paciente um acompanhamento adequado» (Evangelium Vitae).

5º Afirmamos, ainda, que as instituições cristãs ou de inspiração cristã (lares, residências, cuidados continuados e paliativos...) continuarão a ser um porto de abrigo para todos aqueles que confiam nas pessoas que nelas trabalham.

A presença dos cristãos na sociedade exige que formemos a nossa consciência e saibamos contribuir, com o nosso trabalho e empenhamento, para uma sociedade mais justa e fraterna.

Aveiro, 2 de Fevereiro 2020 (Festa da Apresentação do Senhor).

Mensagem para o Dia Mundial do Doente 2020 sublinha dimensão «sagrada» de cada pessoa e aponta «objeção de consciência» como recurso na defesa da vida

Na mensagem para o dia Mundial do doente, o Papa Francisco reforça a sua oposição a projectos de legalização da eutanásia. Dirigindo-se aos profissionais de saúde, Francisco pede que a sua acção vise “constantemente a dignidade e a vida da pessoa, sem qualquer cedência a actos de natureza eutanásica, de suicídio assistido ou supressão da vida, nem sequer se for irreversível o estado da doença”.

“A vida há-de ser acolhida, tutelada, respeitada e servida desde o seu início até à morte: exigem-no simultaneamente tanto a razão como a fé em Deus, autor da vida. Em certos casos, a objecção de consciência deverá tornar-se a vossa opção necessária, para permanecerdes coerentes com este ‘sim’ à vida e à pessoa”, sustenta o pontífice.



Legalização da eutanásia!?



O Parlamento português vai discutir e votar a legalização da eutanásia no dia 20 de Fevereiro, depois do debate ter sido agendado no dia 30 de Janeiro em conferência de líderes, por consenso entre os partidos que têm projetos de lei. O BE, o PAN, o PS e o PEV são os partidos que têm projectos para a legalização deste tema, e o Iniciativa Liberal, que também tem a legalização da eutanásia no programa, ainda pode apresentar o seu projeto.

No mesmo dia, 30 de Janeiro, o Papa Francisco criticou no Vaticano as sociedades que descartam os doentes incuráveis, apelando a uma maior aposta nos cuidados paliativos: “Nunca abandonemos ninguém na presença de doenças incuráveis. A vida humana, por causa do seu destino eterno, mantém todo o seu valor e dignidade em todas as condições, incluindo a precariedade e a fragilidade, e, como tal, é sempre digna da máxima consideração”, declarou, na audiência que concedeu aos participantes na assembleia plenária da Congregação para a Doutrina da Fé (Santa Sé).

De que se fala quando se fala em “Eutanásia”?

Por eutanásia entende-se o provocar a morte com o objectivo de eliminar o sofrimento. A eutanásia, nos termos em que ela é discutida politicamente neste momento em Portugal, corresponde ao homicídio a pedido da vítima.

A questão da legalização da eutanásia e do suicídio assistido é uma questão religiosa?

Não. Embora seja um tema que envolva questões morais, e seja por isso naturalmente tratada pelas religiões, a eutanásia não é um assunto estritamente religioso. A eutanásia coloca problemas éticos, médicos, jurídicos e sociais.

Pode-se obrigar alguém a viver? Opor-se à Eutanásia não será uma forma de autoritarismo?

Na verdade não se pode obrigar ninguém a viver. Por isso se diz que é condenável a “obstinação terapêutica”, isto é, prolongar artificialmente a vida (distanásia); e também por isso é necessário o consentimento do paciente para qualquer tratamento. Mas o que está em discussão quando se fala em legalização da eutanásia não é o prolongar da vida, mas sim terminá-la. Proibir a eutanásia não é obrigar alguém a viver; é não a matar. Opor-se à eutanásia é, assim, opor-se a uma forma de homicídio.

Uma pessoa em sofrimento não pode pedir a eutanásia?

A eutanásia não elimina a dor, elimina a pessoa. O sofrimento combate-se com cuidados médicos, e com acompanhamento familiar e social. Eliminar a pessoa para eliminar a dor é uma contradição, pois mata-se aquele que se quer proteger.

O que são cuidados paliativos?

São cuidados de saúde vocacionados para doentes incuráveis ou muito graves. Os cuidados paliativos têm como fim aliviar o sofrimento físico e psíquico, garantindo ao doente a melhor qualidade de vida possível. Os esforços dos governos e das instituições deveriam canalizar-se para esta solução.

Já não há dúvidas sobre a eutanásia

31 Jan, 2020 | OPINIÃO DE GRAÇA FRANCO, directora de informação da Radio Renascença



Para os nossos deputados, está tudo esclarecido. Não têm mais dúvidas e estão prontos para votar uma lei que envolve, literalmente, uma questão de vida ou de morte. Uma daquelas em que o comum dos mortais acumula as maiores dúvidas. Em 20 de Fevereiro, ou seja, daqui a pouco mais de 15 dias, a questão da legalização da eutanásia volta ao Parlamento e, ao que tudo indica, passará. Na cultura do descartável, sobe-se para um novo patamar. Um retrocesso travestido de modernidade.

O pior é que esta sobranceria sobre o conhecimento que pensam deter sobre a matéria é tão grande que os nossos representantes nem esperam por conhecer todos os pareceres do Conselho Nacional para as Ciências da Vida sobre os vários projetos em debate. Tudo na pressa de obter rapidamente os cinco votos que faltaram na última votação e parecem estar agora mais à mão de semear. Aproveite-se! Entre os projetos favoráveis do BE e do PS, os líderes favoráveis do IL, que prometia uma iniciativa e talvez ainda a venha a apresentar, e do PSD (com garantia de liberdade de voto), resta a indefinição do PC e uma meia dúzia de votos contra, da direita. O tempo é, admitamolo, politicamente certo. Distraídos com a batalha orçamental (e a dramatização política associada), que só termina no dia 6, resta uma semana e pouco em que estaremos imersos na emergência global do Coronavírus e nas ondas de choque das várias revelações dos novos e dos velhos “Leaks”. Quando despertarmos do previsível “tsunami” noticioso dos próximos dias, já passou o debate e a votação. Nem dá para discutir as diferenças e semelhanças entre o vencedor e os vencidos.

A experiência belga

São, contudo, muitos os que hesitam em classificar estes projetos como uma janela de solução ou como uma porta escancarada para um precipício. Perdoem-me a contradição, mas faço parte dos que já passaram o tempo das dúvidas. Já não discuto “os limites”, as “salvaguardas”, as “garantias” as juras de “excepcionalidade”. Levo 18 anos a discutir o tema e a seguir a aplicação da lei belga, em cujo

debate participei, como novata, vai para 18 anos. Sinto-me veterana.

Em 2002, temia um retrocesso civilizacional. Hoje, vejo que ocorreu. Não apenas pela banalização da morte, apresentada não apenas como uma das soluções para o sofrimento quase inevitável, mas como a única e mais prática solução que “o sistema”, no seu pico capitalista/liberal, se propõe oferecer - sobretudo àqueles que, pela sua fragilidade e sofrimento extremo, já teriam sempre um número muito escasso de alternativas.

Na Bélgica, houve, pelo menos, o cuidado de completar, primeiro, uma rede de saúde eficiente (incluindo um serviço alargado e nacional de cuidados paliativos). Não se podem confundir as situações nem se trata de alternativas, mas, pelo menos, dificulta ou facilita a discussão. Em Portugal, nem isso. Mas percebo a pressa dos políticos: a degradação acentuada a que estamos a assistir no SNS não permite a esperança de que nada melhor surja nos próximos tempos. Temo, aliás, o efeito da lei ao estilo das amnistias no sobrelotamento das prisões. Mas concedo que posso estar a exagerar levada pela emotividade.

A “rampa deslizante”

Nesse primeiro debate na Bélgica, todos os riscos e temores levantados pelos que, como eu, estavam “contra” a eutanásia chocavam com a falta de um histórico de aplicação. A única lei de referência tinha uns meses de existência na vizinha Holanda. Contudo, o cenário mais negro veio a confirmar-se. As dúvidas são agora certezas confirmadas, por isso não voltarei a cair nas armadilhas argumentativas do lado dos “pró”. O risco da “rampa deslizante”, ou seja, de se ir alargando a aplicação da lei a cada vez mais situações, banalizando o recurso à eutanásia (e não adianta recorrer a eufemismos para que soe melhor, chamando-lhe “antecipação da morte” ou “morte assistida!”) veio rapidamente a acontecer.

Os números observados comprovam-no. Só se aplicaria a casos excepcionais? O povo deu-lhes o benefício da dúvida. Hoje já não pode ser dado. Os números nunca pararam de crescer. A pretensa excepcionalidade ultrapassou os 2.500 casos em 2018.

Nos últimos anos, foi variando entre cinco e sete eutanásias praticadas por dia!

Em 2014, a lei estendeu-se às crianças (em 2002 garantiam “Jamais!”) e já foi praticada em pessoas de 9, de 11 e de 17 anos. O sofrimento psíquico “insuportável” foi visto de forma cada vez mais abrangente e até os desgostos de amor ou a anorexia já foram contemplados (antes acusavam os que falavam em casos destes de recorrerem a “caricaturas demagógicas” de quem só quer desconversar). E quando se perguntava se a depressão ou a solidão seriam vistas como doenças incuráveis? Nunca, asseguravam. Pois agora já são. O pedido reiterado e consciente estende-se já de forma alarmante a pessoas dementes. Mas era essencial fazer prova da saúde psíquica e estavam vedados todos os abusos. Vê-se no que deu.

As comissões de acompanhamento, criadas para garantir que a lei não seria atraída, são as primeiras a alertar para o exagero com que está a ser aplicada, mas nada muda. Os médicos de família, que a podem praticar ao domicílio, facilmente compram o respetivo Kit nas farmácias. Dizem-me os amigos que por lá continuam que a cultura de “morte a pedido” está de tal forma banalizada que se organizam mesmo “despedidas”. Já não chocam ninguém.

A cultura do descarte

O sinal errado dado pela sociedade ao “reconhecer o direito à morte (dita boa!)” foi-se entranhando na e, como era de prever, a cultura do descarte da vida “inútil” foi fazendo o seu caminho. Com o pretensão “direito” a morrer “uma morte boa” acabou o dever coletivo de proporcionar uma vida “boa” sem prazo de validade. As famílias e a sociedade foram subtilmente retirando a água do capote, esquecendo o dever de não largar a mão de ninguém até final. Como esse dever pesa, passou a pesar também uma espécie de dever de quem sofre, mas continua a amar, de pôr fim à culpa entranhada nos demais. Para quê delapidar o património da família, exigir-lhes que venham ver-nos? Para quê viver mais um dia, quando todos nos olham como um peso? Como assumir que queremos, mesmo no desalento mais profundo e até em sofrimento mais insuportável, continuar a ver, uma vez mais, nascer o sol e receber, pelo menos, ainda um beijo? Como assumir que queremos, contra tudo e todos e até mesmo con-

ta nós, continuar vivos, pelo menos, até morrer? É este o peso que cresce a par do medo. O medo de morrer sozinho sem ter pelo menos a mão do médico solícito para nos acompanhar. Sozinhos na casa vazia ou na enfermaria, quando a voz já se tornou tão baixa que nem a enfermeira exausta, mais próxima, será capaz de ouvir o grito que daremos ao chegar?

A sociedade como um todo fará também de mansinho a sua pedagogia da utilidade perdida. Primeiro, a empresa dispensa os nossos serviços, depois a família começa a dispensar a nossa presença, depois até os que nos querem mais começam a dispensar o nosso amor entarmelado. Entretanto, fica aquela lei que nos lembrará que temos maneira de evitar estar sós.

Agora que o SNS colapsa e os idosos estão, mais do que nunca, enredados nas malhas da solidão e da doença no limite do descarte de que são alvos, ultrapassa muito o possível pedir-lhes para “aguentar”, tudo o que a sociedade tem para lhes oferecer é um desapiedado: ai aguente! Aguenta! E se não aguentar? Tem bom remédio: escolha morrer, que nós estamos aqui para o ajudar.

Já não há mais mãos. Faltam as mãos para nos mudar as fraldas, nos enxugar as lágrimas, nos chegar um copo de água, ajustar-nos a roupa ao corpo, ajeitar a almofada que resvala, atender a campanha, se a morte pela calada estiver a chegar. Faltam para tudo mãos, mas encontraremos mãos para nos matar.

Já só faltam quinze dias. Eu, que não considero a vida referendável, nem sequer tenho o consolo dos que ainda vão lutar por um referendo. Tomara que consigam. Talvez abane um bocadinho as consciências daquela maioria que assume ter dúvidas. Boa sorte! Mas, se assim for, irão insistir. Hão-de repetir o referendo, martelando argumentos até que a sua tese nos vença pelo cansaço.

O BE conseguirá, assim, a aprovação da sua última conquista “civilizacional”, levando, mais uma vez, a reboque o Partido Socialista e em fila indiana, pela ilusão da modernidade, quase todos os demais. Farão mais uma vez prova de vida. Agarrados ao inesgotável tesouro das “fraturâncias”. Dividem para reinar. E vão reinando. Nisso, tiro-lhes o chapéu. ■